



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Acolho a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos e autorizo a inexigibilidade de licitação, instruído com fundamento na Lei Federal de nº 14.133/21, catalogada na DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios sob o nº 035/2024, para contratação de instrutor para o curso de "Introdução à Investigação cibernética e cadeia de custódia" para atender a Etapa/Fase nº 3 do convênio federal nº 890689, celebrado com o Ministério da Justiça, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1099249), com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da lei nº 14.133/2021.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 09/07/2024, às 21:53, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1129849** e o código CRC **F3741791**.